



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

MINUTA

Parecer Legal e Institucional nº 01/2015/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Encaminhamentos dos itens discutidos durante a 134ª Reunião da CTIL.

Análise dos Itens de Pauta - encaminhamentos das Câmaras Técnicas:

Item 3 – Proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Matéria encaminhada pela CTPOAR:

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL em fevereiro de 2015, pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, CTPOAR, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2014/CTPOAR/CNRH/MMA, de 29 de outubro de 2014.

Durante a 134ª Reunião da CTIL, ocorrida no dia 25 fevereiro de 2015, a referida proposta de Resolução foi apresentada aos membros da Câmara, que analisaram as questões relativas à legalidade da norma. Durante a análise algumas modificações no texto e no seu formato foram realizadas, visando o melhor entendimento da norma, não entrando no mérito da proposta. Durante a análise dos artigos da proposta de Resolução, houve longa discussão entre os membros, havendo algumas votações durante os trabalhos. A primeira votação foi referente à retirada do trecho “*que produzirá os mesmos efeitos legais da outorga de direito de uso de recursos hídricos*”, contido no parágrafo único do art. 1º. Por 7 (sete) votos a 5 (cinco), com uma abstenção, o trecho foi retirado pela CTIL.

Outra votação ocorreu para a modificação ou não do art. 3º, retirando o trecho “*até a apreciação do respectivo Conselho*” no final do artigo. Por 9 (nove) votos a 4 (quatro), com uma abstenção, o trecho foi retirado. Ainda no artigo 3º, foi sugerida a retirada da palavra “*vazões*”, em todo o texto, pelo trecho “*derivação, captação, lançamento*”. Para esta modificação houve manifestação favorável da maioria dos presentes, não sendo necessário abrir votação.

Para o art. 4º, houve a sugestão da inclusão do termo “*as características*” antes da palavra “*demanda*” ao final do artigo. Houve uma longa discussão entre os membros, ensejando uma nova votação para decidir se esta modificação caracterizaria uma questão de mérito. Por 8 (oito) votos a 2 (dois), com duas abstenções, os membros votaram que a inserção do termo “*as características*” não é questão de mérito, incluindo o termo no art. 4º.

Durante a análise dos demais artigos da proposta, os membros da CTIL, com base no art. 2º, II, letra a, 1 da Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999 (alterada pela Resolução nº 87, de 4 de junho de 2008), entenderam que há omissões a serem analisadas pelo Plenário, identificadas no art. 11, quanto às seguintes questões abordadas:



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

- 1- Ausência do conceito jurídico da expressão “interesse público”; e
- 2- Desconformidade do § 1º do artigo 11 da Minuta de Resolução, que retira das situações emergenciais às captações com a finalidade de abastecimento público, em relação ao inciso III do art. 1º da lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que trata o consumo humano como uso prioritário dos recursos hídricos.

Apresentadas estas considerações, a CTIL aprova a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

Item 4 – Proposta de Resolução que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019. Matéria encaminhada pela CTPNRH:

A minuta de Resolução foi encaminhada à CTIL, juntamente com o Parecer Técnico nº 01/2015/CTPNRH/CNRH/MMA. Durante a análise da minuta, modificações no texto foram realizadas apenas para maior clareza da informação, sem entrar no mérito da proposta. As modificações foram feitas por consenso dos membros, não havendo necessidade de votação. Assim, a proposta de resolução foi aprovada pela CTIL, sugerindo sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Item 5 – Apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho acerca de “Esclarecimentos sobre os Planos de Recursos Hídricos em Regiões que Contenham Trechos da Zona Costeira”:

O Relatório Final do Grupo de Trabalho foi apresentado pelo seu presidente, que demonstrou o histórico da matéria e as atividades desenvolvidas pelo GT. O Relatório conclui que sejam aguardados os resultados da implementação do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que poderão subsidiar exigências específicas de aplicação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos para a zona costeira.

Portanto, o Grupo de Trabalho recomenda a não aprovação pelo Plenário do CNRH da referida proposta de Resolução, sugerindo a contribuição da CTCOST no acompanhamento e monitoramento da implementação do Programa IX nos territórios-piloto, em vista de suas atribuições regimentais.

A CTIL relata que tomou conhecimento do assunto e encaminha o relatório final do GT para deliberação do Conselho.

Este é o parecer,

Em, 12 de março de 2014.


JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL